

Ref.: CP MME nº 173/2024 – Proposta de diretrizes para operação em condição diferenciada de usinas termelétricas para atendimento de potência

A ABEEólica – Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias, que reúne mais de 150 empresas do setor de energia eólica no Brasil, tem como missão promover a inserção, consolidação, sustentabilidade e o fortalecimento dessa indústria, posicionando o país no cenário global. Representando empresas da cadeia de energia eólica onshore e offshore, além de novas tecnologias como hidrogênio verde, armazenamento, baterias e parques híbridos, a ABEEólica vem, respeitosamente, apresentar suas considerações sobre a CP MME nº 173/2024, que propõe a Portaria Normativa com diretrizes para a operação diferenciada de usinas termelétricas para o atendimento de potência no Sistema Interligado Nacional (SIN).

Considerando a necessidade exposta de recursos flexíveis para atendimento de potência no SIN no curtíssimo prazo, **com vigência já definida até março de 2025**, para a garantia da segurança do suprimento, ressaltamos os seguintes pontos:

- O mecanismo sugerido deve ter como objetivo garantir segurança de atendimento a potência no curto prazo, ou seja, **a Portaria proposta é uma solução conjuntural** e não estrutural;
- Ressaltamos a importância de leilões de capacidade, incluindo armazenamento, para garantir uma solução estrutural e economicamente mais eficiente;
- O atendimento a potência deve priorizar as fontes com menor custo sistêmico: (i) não gerando constrained-off de fontes renováveis em detrimento de despacho térmico para atendimento a potência de acordo com o novo regramento, e (ii) sem substituir importação por despacho térmico para atendimento a potência caso esse despacho represente um aumento de custo em relação à importação.

Nesse sentido, ressaltamos que os prazos de implementação de empreendimentos de geração renovável têm se reduzido expressivamente, por exemplo, um parque eólico onshore pode ser construído em até um ano, e um parque solar de grande escala pode ser concluído em até seis meses, viabilizando um atendimento rápido à demanda de potência. Por isso, é importante avaliar uma solução estrutural e evitar a necessidade de recorrer às usinas termelétricas, que possuem maiores custos operacionais e impactos ambientais, assim, essa solução contribui diretamente para a sustentabilidade e a descarbonização da matriz energética brasileira.

A contratação de tecnologias modernas, como energia eólica, energia solar em larga escala, sistemas de armazenamento, implementação de parques híbridos e hidrogênio verde, possibilita a otimização da gestão do sistema elétrico. Essas tecnologias permitem o armazenamento de energia em períodos de baixa demanda e sua liberação durante picos, aumentando a confiabilidade e flexibilidade da rede, além disso, a adoção dessas soluções reduz significativamente a dependência de usinas termelétricas, que apresentam maiores custos e impactos ambientais.

Apesar de a Alternativa 3, que propõe o aumento da disponibilidade de recursos flexíveis via usinas termelétricas existentes, ser viável, a Nota Técnica nº 9/2024 destaca riscos operacionais importantes, o desgaste acelerado das usinas, devido à operação em ciclos diferenciados, como o ciclo aberto, pode comprometer sua eficiência e aumentar os custos de manutenção de forma significativa. A flexibilização excessiva dessas usinas pode resultar em maior consumo de combustíveis, elevando os custos variáveis e comprometendo a eficiência operacional a longo prazo, esses riscos ressaltam a importância de buscar alternativas complementares, como as mencionadas tecnologias renováveis, que podem aliviar a sobrecarga das termelétricas e mitigar impactos ambientais, operacionais e financeiros.

Por fim, dada a importância estratégica da CP 173/2024 e a complexidade das questões envolvidas, solicitamos, respeitosamente, a prorrogação do prazo ou a abertura de uma segunda fase desta consulta pública, com um prazo mínimo de 30 dias. Isso garantiria uma discussão mais aprofundada, permitindo que todas as partes interessadas contribuam de forma fundamentada, assegurando um debate inclusivo e robusto. Tal abordagem é fundamental para o desenvolvimento de soluções eficientes e duradouras para o Sistema Interligado Nacional.

Agradecemos antecipadamente pela atenção e estamos à disposição para colaborar com o Ministério de Minas e Energia.